## ROLF MADALENO

Advogado. Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação da PUC-RS. Diretor Nacional do IBDFAM.

Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-RS.

Professor convidado do mestrado e doutorado da UFRGS e Membro da AJJUDEFA (Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Familia). www.rolfmadaleno.com.br

## SUCESSÃO LEGÍTIMA

2º edição, revista, atualizada e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 17.02.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

  Copyright © 2020 by

  Editora Forense Ltda.

  Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

  Travessa do Ouvidor, 11 Térreo e 6º andar

  Rio de Janeiro RJ 20040-040

  www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- CIP BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE. SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M151s

Madaleno, Rolf

Sucessão legítima / Rolf Madaleno. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia ISBN 978-85-309-9032-9

1. Direito de família - Brasil. 2. Herança e sucessão - Brasil. I. Título.

20-62962

CDU: 347.65(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439



## **ÍNDICE GERAL**

PARTI	E I – DA SUCESSÃO EM GERAL	1
Capítu	lo I – Introdução ao Direito das Sucessões	3
1.	Conceito de direito sucessório.	3
	1.1. Do registro do óbito	6
2.	Origem do direito sucessório	10
3.	Notícias históricas.	12
4.	Fundamentos do direito sucessório	15
5.	O direito sucessório na Constituição Federal	15
6.	O direito sucessório na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	16
7.	Modalidades de sucessão	20
	7.1. Sucessão universal	21
	7.2. Sucessão singular	22
	7.3. O pacto sucessório	23
	7.4. O planejamento sucessório	27
8.	Conceito de herança	29
	8.1. Indivisibilidade da herança	30
	8.2. Herança digital	31
9.	Conceito de meação	35
10.	Herança e legado	37
Capítu	lo II – Das Disposições em Geral	39
11.	Abertura da sucessão	39
12.	Princípio da saisine	40
13.	Morte biológica	
	13.1. Morte civil	42
14.	A morte presumida sem declaração de ausência	43
15.	Morte presumida com declaração de ausência	45
	15.1. Da ausência	45
	15.2. Da curadoria dos bens do ausente	45
	15.3. Da sucessão provisória	46
	15.4. Da sucessão definitiva	47
	15.5. A Lei de Anistia do Desaparecido Político	47
	15.6. Do retorno do ausente	48
16.	Comoriência	50
	Lugar de abertura da sucessão	52

	17.1. Aspectos processuais	54
	17.2. Inventário por escritura pública	56
18.	Espécies de sucessão	61
	18.1. A sucessão legítima	63
	18.2. A sucessão testamentária	64
	18.3. Sucessão por direito próprio ou por cabeça	66
	18.4. Sucessão por direito de representação ou por estirpe	67
	18.5. Sucessão por direito de transmissão sucessiva	68
	18.6. A coexistência da sucessão legítima e testamentária	69
10	A lei vigente ao tempo da abertura da sucessão	69
	A subsistência da sucessão legítima.	69
	_	70
	Herdeiros legítimos	
	Herdeiros necessários	71
	Herdeiros facultativos	72
	Herdeiros instituídos ou testamentários.	74
25.	Legatários	74
Capítu	lo III – Da Herança e sua Administração	75
26.	Conceito de herança	75
27.	Características da herança	77
	27.1. Universalidade de direitos	78
	27.2. A herança é bem imóvel	79
	27.3. Indivisibilidade da herança	79
28.	A transmissão da obrigação alimentar	80
	As dívidas do espólio	85
	Cessão de direitos hereditários	87
	30.1. O caráter aleatório da cessão	89
	30.2. O direito de preferência dos coerdeiros	90
	30.3. A escritura pública	91
	30.4. O termo nos autos.	92
	30.5. A anuência do cônjuge ou companheiro	93
21	O prazo de instauração do inventário	93
	Inventários cumulativos	94
		96
33.	A administração da herança	
	33.1. Do administrador provisório	96 97
	33.2. Do inventariante	
	lo IV – Da Vocação Hereditária	99
34.	Vocação hereditária	99
	Capacidade sucessória	100
	35.1. Capacidade na sucessão legítima	101
	35.1.1. Nascidos até a abertura da sucessão	103
	35.1.2. Nascituros.	104
	35.1.3. Reprodução humana assistida	106
	35.1.4. Representação e garantias daquele que está por nascer	106
	35.1.5 Posse em nome do nascituro	107

	35.2.	Da capacidade na sucessão testamentária	109
		35.2.1. Prole eventual	109
		35.2.2. Na reprodução humana assistida	112
		35.2.3. Pessoa jurídica	113
		35.2.4. Das fundações	114
36.	Incapa	acidade testamentária passiva	116
	36.1.	A pessoa que escreveu o testamento a rogo	117
	36.2.	As testemunhas do testamento	117
		36.2.1. A brecha da fraude por testemunhas	118
	36.3	O concubino do testador casado	119
	36.4.	O tabelião que firmou o testamento	121
	36.5.	A simulação no testamento.	121
	36.6.	Pessoas interpostas	122
		Pessoas interpostas e a desconsideração da pessoa física ou jurídica no direito sucessório	122
		uncto successorio	122
Capítu	lo V –	Aceitação e Renúncia da Herança	125
37.	Noçõe	es iniciais	125
38.	Aceita	ação da herança	126
	38.1.	Aceitação direta	128
		38.1.1. Aceitação expressa	128
		38.1.2. Aceitação tácita	129
		38.1.3. Aceitação presumida	132
	38.2.	Aceitação indireta	133
		38.2.1. Por procurador	133
		38.2.2. Pelos pais, curador ou tutor de herdeiro incapaz ou ausente	133
		38.2.3. Pelos sucessores do herdeiro pós-morto ou ausente	135
		38.2.4. Pelos credores do herdeiro	135
39.	Renúi	ncia da herança	137
	39.1.	Escritura pública de renúncia	138
	39.2.	Renúncia por termo nos autos	139
	39.3.	Renúncia abdicativa	141
	39.4.	Renúncia incondicional	142
	39.5.	O equívoco da renúncia em favor	142
		39.5.1. Renúncia à herança ou ao legado	143
	39.6.	Efeitos da renúncia	144
		39.6.1. A renúncia do art. 1.811 do Código Civil	146
	39.7.	A irrevogabilidade da renúncia	148
	39.8.	Renúncia em prejuízo do credor	149
		Renúncia e meação	150
		Renúncia de herança de pessoa viva	152
40.		o de direitos hereditários	155
		Características da cessão de herança	157
		Cessão por escritura pública	157
		40.2.1 Anuência do cônjuge ou convivente	158

	40.3. Direito de preferência	161
	40.4. A cessão sucessória e o direito de acrescer	163
41.	Responsabilidade pela evicção	164
Capítu	lo VI - Dos Excluídos da Sucessão Legítima	165
42.	Considerações iniciais	165
	42.1. Incapacidade e indignidade	167
43.	Conceito de indignidade	168
44.	Indignidade e deserdação	169
	44.1. Novas causas de indignidade sucessória	171
45.	Ação declaratória de indignidade	173
	45.1. Sujeito ativo	175
	45.2. Sujeito passivo	179
	45.3. Prazo prescricional ou decadencial	181
	45.4. Início do prazo decadencial	184
46.		188
	46.1. Reflexões sobre novas causas de indignidade	190
	46.2. Autoria, coautoria ou partícipe de homicídio doloso ou de tentativa	191
	46.3. Calúnia em juízo contra o autor da herança	194
	46.4. Crime contra a honra do sucedido ou a de seu cônjuge ou companhei-	
	ro	196
	46.5. Obstáculos à liberdade de testar	197
47.	Efeitos da indignidade	200
	47.1. Exclusão do indigno da herança	201
	47.2. Limites dos efeitos da pena de exclusão	202
	47.3. Bens ereptícios	202
	47.4. Efeitos quanto ao cônjuge ou ao convivente	203
	47.5. Efeitos quanto aos herdeiros testamentários e legatários	203
	47.6. Fideicomisso	204
	47.7. Adiantamento de herança e colação	204
	47.8. Usufruto e administração	206
	47.9. Indenização por perdas e danos	208
	47.10. Frutos e rendimentos	209
	47.11. Ressarcimento de despesas	210
	47.12. Direito de representação dos descendentes do excluído,	210
	47.13. Premorte de representante do excluído	212
	47.14. Atos praticados pelo herdeiro aparente	212
	47.15. O efeito da indignidade na previdência privada	215
	47.16. Reabilitação do indigno	218
Capítu	ilo VII – Da Herança Jacente e Vacante	223
48.	Conceito de herança jacente	223
	Natureza juridica	225
	A herança jacente no Direito Romano	226
	O procedimento judicial	227
	51.1 A arrecadação dos hens	228

	51.2. A nomeação e os encargos do curador	229
	51.3. Convocação dos herdeiros e credores	229
	51.4. A habilitação dos credores	231
	51.5. Declaração judicial de vacância	231
	51.6. Vacância e herdeiros colaterais	231
	51.7. Vacância e demais herdeiros	232
	51.8. Vacância e renúncia	233
52.	Transmissão definitiva ao Poder Público	234
J4.	Transmissae definitiva de l'édel l'action	25
	lo VIII – Da Petição de Herança	235
53.	Conceito de petição de herança.	235
54.	Natureza jurídica da ação de petição de herança	236
55.	Extensão da petição de herança	241
56.	Noção de herdeiro aparente	243
57.	A ação de petição de herança	245
	57.1. Provimentos liminares	245
	57.2. Legitimidade ativa e passiva	247
58.	A responsabilidade do herdeiro aparente	249
	58.1. Como possuidor de boa-fé	250
	58.2. Como possuidor de má-fé	251
59	Prescrição e decadência da ação de petição de herança e cumulada com inves-	
0).	tigação de filiação	253
	59.1. Prescrição aquisitiva da usucapião	256
PART	E II – SUCESSÃO LEGÍTIMA	259
Canita	llo IX – Da Ordem de Vocação Hereditária	261
	Herança	261
	Conceito de sucessão.	262
62.	A origem histórica da sucessão legítima	265
	62.1. No Direito Romano	265
	62.2. No Direito germânico	267
63.	A sucessão legítima	268
	63.1. A história da legítima	272
	63.2. Herdeiros legítimos	274
	63.2.1. Sucessão testamentária	277
	63.2.2. Herdeiros testamentários	278
64.	Herdeiros necessários	279
	64.1. Descendentes	280
	64.2. Ascendentes	282
	64.3. Proteção do cônjuge viúvo	284
	64.3.1. O cônjuge viúvo no Código Civil de 1916	285
	64.3.2. Transição sucessória do cônjuge do CC/1916 para o CC/2002.	287
	64.3.3. Cônjuge e convivente herdeiros e os regimes de bens	290
	64.3.4. Meação	293
	64 3 4 1 Regime de comunhão universal de bens	294

		64.3.4.2. Regime da comunhão parcial	305
		64.3.4.3. Regime de participação final nos aquestos	318
		64.3.4.4. Regime da separação de bens	321
65.	Comp	panheiro	333
66.	A leg	ítima dos herdeiros necessários	342
	_	A legítima como um officium pietatis	343
	66.2.	Restrições à liberdade de testar	344
	66.3.	Justa causa	345
	66.4.	Exclusão da legítima	346
		66.4.1. Exclusão pela indignidade	347
		66.4.1.1. Indignidade ou inexistência de vocação hereditária	
		do cônjuge ou do convivente	348
		66.4.2. Exclusão pela deserdação	348
67.	Natur	eza jurídica da legítima	350
		Legítima como pars hereditatis ou como pars valoris	351
68.		itação da legitima	353
69.		ítima do Direito comparado	355
	_	Direito islâmico	355
		Direito anglo-saxão	355
		Direito continental	355
70.		ão da legítima	356
		Argumentos a favor da legítima	361
		Pontos de reforma	362
		70.2.1. Redução da legítima.	362
		70.2.2. Solidariedade familiar	363
	70.3.		365
	70.4.		368
	70.5.		371
	70.6.		372
71.		gras legais da convocação hereditária na sucessão legítima	373
,	71.1.		375
		71.1.1. Cálculo da legítima	376
	71.2.		379
		Porção indisponível	380
	71.4.		381
72.		ção hereditária.	384
	72.1.	Delação	385
	72.2.		386
	72.3.		387
73.		ilos de parentesco	388
, 5.		Classes	390
		Contagem de gaus	392
	, 5.2.	73.2.1. Proximidade de grau e divisão da herança	392
	73.3	Linhas de parentesco.	396
	1 2020		~/(

			401
74.		em de vocação hereditária	401
	74.1.	Descendentes	404
		74.1.1. Filiação sucessória sem herança	408
	74.2.	Ascendentes	411
		74.2.1. Ascendência e reconhecimento post mortem	413
	74.3.		417
		74.3.1. O divórcio post mortem	421
		74.3.2. A natureza jurídica do direito sucessório concorrencial	422
		74.3.3. Benefícios viduais e direitos sucessórios	431
		74.3.4. A reserva troncal	432
		74.3.5. O pacto antenupcial e o contrato sucessório	438
		74.3.6. Os negócios jurídicos entre cônjuges e conviventes	448
		74.3.7. Os pactos negativos ou de renúncia	452
	74.4.		456
		74.4.1. O concubinato, a união estável putativa e as relações paralelas	462
	74.5.	Os colaterais	465
		74.5.1. Irmãos bilaterais em concurso com irmãos unilaterais	470
75.	O Mu	micípio	477
76.	O her	deiro embrião ou nascituro	481
77.	A suc	essão dos descendentes em concorrência com o cônjuge ou companhei-	
	ro		494
	77.1.	Culpa mortuária (II)	497
	77.2.	Efeitos jurídicos na concorrência sucessória	499
		77.2.1. Cônjuge ou convivente em concorrência com os descendentes	505
		77.2.1.1. A reserva da quarta parte na concorrência com o	
		cônjuge ou convivente	509
		77.2.1.2. Concorrência sucessória na Súmula 377 do STF	517
78.	A suc	essão dos ascendentes em concurso com o cônjuge ou convivente sobre-	
	vivent	tes	521
	78.1.	Direito real de habitação do cônjuge ou convivente sobrevivo (I)	527
	78.2.	0	
		(CC, art. 1.609, parágrafo único)	528
	78.3.	3	530
79.		essão do cônjuge ou do convivente sobrevivente	537
		A sucessão do cônjuge ou companheiro estrangeiro	538
	79.2.	A separação de fato ou de corpos e a sucessão legítima	540
		79.2.1. A separação de fato ou de corpos e a sucessão testamentária	544
	79.3.	Ação declaratória da culpa mortuária	547
	79.4.	A isonomia constitucional do cônjuge e do convivente	549
		79.4.1. A modulação dos efeitos e o art. 1.787 do CC	553
	79.5.	O casamento putativo	557
	79.6.	A poligamia, a poliafetividade e o direito sucessório	559
		79.6.1. Famílias simultâneas	562
	79.7.	A sucessão e a dissolução do casamento ou da convivência	564
		79.7.1. O concurso sucessório concomitante do cônjuge e do convi-	
		vente	564
	79.8.	O direito real de habitação (II)	566

	79.9.	Direito à totalidade da herança	575
		79.9.1. O cônjuge ou convivente sobrevivente como herdeiro necessá-	550
		rio	579
0.0		79.9.2. O art. 1.830 do Código Civil	584
80.		essão dos colaterais.	586
		Irmãos bilaterais e unilaterais	592
		Irmãos unicamente unilaterais	599
	80.3.	Concorrência de tios com sobrinhos e parentes do 4º grau	599
Capítu	lo X –	Dos Herdeiros Necessários	605
81.	Conce	eito de herdeiros necessários	605
	81.1.	O convivente como herdeiro necessário?	609
		81.1.1. Montante da legítima	616
		81.1.1.1. Cálculo da legítima	618
		81.1.2. Cláusulas restritivas	623
		81.1.2.1. Limites dos gravames	630
		81.1.2.2. Justa causa	630
		81.1.2.3. Conversão do gravame	634
		81.1.2.4. Sub-rogação do gravame	635
		81.1.2.5. Cláusulas restritivas e direito intertemporal	636
	81.2	Herdeiros legítimos	637
		Herdeiros legítimos, necessários, concorrenciais, facultativos e testamen-	638
	81.4.	Exclusão dos herdeiros colaterais	642
		Modulação dos efeitos jurídicos	643
C/4			647
-		- Do Direito de Representação	647
82.		eito de representação.	647
		Direito de representação e direito de transmissão	653
	82.2.	Sucessão por cabeça.	654
0.0		Sucessão por estirpe ou por representação	654
		eza jurídica da representação	655
84.		s do direito de representação	657
		Representação na linha reta dos descendentes	659
		Representação na linha reta ascendente	664
	84.3.	Representação na linha transversal	664
	84.4.	Representação na renúncia	666
	84.5.	Representação na indignidade	667
	84.6.	Representação na deserdação.	668
	84.7.	Representação na ausência.	669
0.5		Representação na comoriência.	670
85.	Partil	ha do quinhão do representado	673
Bibliog	grafia		675
Índice	Alfabé	ético-remissivo	703